



Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas & Democratas no Parlamento Europeu



SOCIALISTAS PORTUGUESES
no Parlamento Europeu

EUROPA

SUPLEMENTO DO



FOTOFÉ

CRISE NA GRÉCIA ILUSTRA URGÊNCIA EM CORRIGIR LACUNAS DA UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA

PÁG. 3

FRANCISCO ASSIS ACOMPANHA A CRISE POLÍTICA NA VENEZUELA

PÁG. 2

MARIA BARROSO RECORDADA PELOS SOCIALISTAS EUROPEUS

PÁG. 2

ENTREVISTA

FRANCISCO ASSIS: "QUALQUER AVANÇO NA EUROPA PRESSUPÕE A CAPACIDADE DE SE ALCANÇAREM ENTENDIMENTOS ENTRE AS MÚLTIPLAS POSIÇÕES"

PÁG. 4

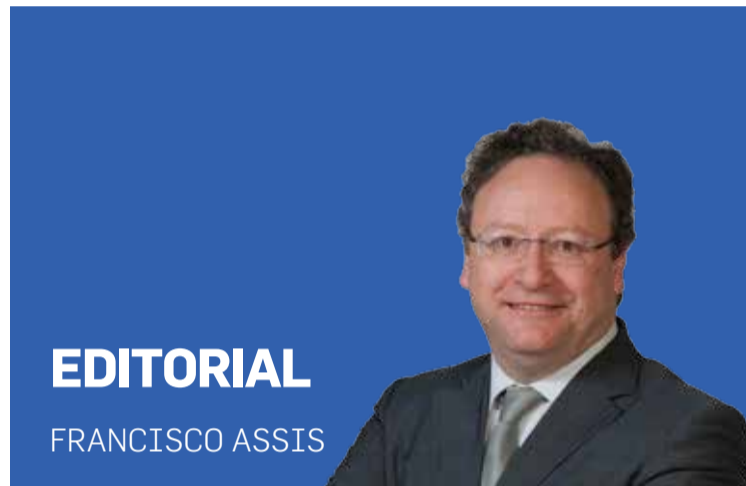
OPINIÃO

ELISA FERREIRA: JUSTIÇA FISCAL NA UE É URGENTE

PÁG. 2

MARIA JOÃO RODRIGUES: EVITAR UMA TRAGÉDIA GREGA ANUNCIADA

PÁG. 3



“ Fazemos um esforço para fugir aos slogans moralistas e para promovermos uma reflexão serena

François Hollande, depois de ter recuperado crédito político pela forma como participou na gestão da crise grega, veio a público defender a institucionalização de uma vanguarda europeia em matéria de integração económica e orçamental. A tese não é nova. No seu último livro o ex-Presidente francês Valéry Giscard d'Estaing preconizava já uma solução de natureza idêntica, ainda que com uma pequena mas significativa diferença: enquanto Hollande restringe essa vanguarda ao núcleo dos seis países fundadores do projecto europeu, Giscard engloba também Portugal, a Espanha e a Polónia.

O assunto é da maior importância e tem de suscitar o nosso interesse e atenção. É inquestionável que o alargamento da União Europeia teve como efeito uma desaceleração do processo de integração, com o conseqüente recuo de qualquer ideia mais ou menos federalista. O resultado disso está à vista: uma Europa com défice de projecto e com manifestas insuficiências estruturais em áreas decisivas. É compreensível, por isso mesmo, que surjam propostas com o intuito de remover os obstáculos impeditivos de um verdadeiro aprofundamento da integração europeia. A questão da existência de um núcleo duro vai, independentemente da opinião que cada um de nós tenha sobre o assunto, colocar-se no centro da agenda política da União. Como é evidente este tema toca-nos particularmente. Por isso mesmo convém reflectir de forma descomplexada sobre a questão. Por uma vez façamos um esforço para fugir aos slogans moralistas e para promovermos uma reflexão serena.



OPINIÃO
JUSTIÇA
FISCAL NA UE
É URGENTE

ELISA FERREIRA



“É preciso acabar com os artifícios ilegítimos inventados por muitos países para atrair multinacionais oferecendo-lhes a possibilidade de transferir lucros para paraísos fiscais.

Por estranho que pareça a União Europeia dá provas de grande atividade no que toca ao controle dos orçamentos dos países mais frágeis - vejam-se os casos de Portugal e Grécia - embora de forma apenas parcial: as suas atenções estão excessivamente centradas no lado das despesas, como se o orçamento não fosse um equilíbrio entre receitas e despesas.

Do lado das despesas, a tónica do ajustamento tem sido colocada em cortes draconianos em áreas essenciais. Do lado das receitas, impõe-se um "aumento brutal dos impostos" para ajustar ao outro lado do balanço, sobre quem não pode fugir-lhes: as pessoas singulares e as pequenas e médias empresas.

Em contrapartida, as multinacionais conseguem passar ao lado deste esforço. O escândalo dos LuxLeaks do Outono passado quebrou finalmente o tabu europeu que tem permitido que uma série de países desenvolvam estratégias cada vez mais sofisticadas para retirar aos outros as receitas fiscais do imposto sobre os lucros das empresas (IRC) que, por direito, em princípio lhes caberiam pelo facto de esse lucro ser realizado no seu território.

O relatório que acabei de redigir com o co-relator liberal alemão Michael Theurer - depois de ouvirmos inúmeros peritos e visitar vários países - procura precisamente impulsionar um sistema de justiça fiscal na UE onde todos os contribuintes paguem a sua quota-parte de impostos.

Para isso é preciso acabar com os artifícios ilegítimos inventados por muitos países para atrair multinacionais oferecendo-lhes a possibilidade de transferir lucros para paraísos fiscais, sem pagar nenhuns ou muito poucos impostos.

O relatório, que será publicado em Setembro e votado pelo PE até ao fim do ano, conclui que muitos Governos europeus jogam com diferentes definições de "residência fiscal", em inúmeras isenções no cálculo da base tributável ou no tratamento preferencial das patentes ou das despesas em investigação e desenvolvimento, de modo a atrair multinacionais.

Na Holanda, onde em 2012 a maioria das maiores empresas portuguesas tinha a sede, a alegada "grande eficácia dos serviços holandeses" resulta em grande medida da não tributação de lucros e royalties o que, combinado com os mecanismos do mercado interno, permite que os lucros auferidos em qualquer país da Europa possam ser transferidos para uma empresa mais ou menos fictícia localizada na Holanda e daí exportados sem qualquer imposto para as Bermudas ou outro paraíso fiscal.

Estes esquemas conferem vantagens absolutamente fundamentais para o equilíbrio das contas públicas de alguns países que nos andam a dar lições - leia-se Luxemburgo e Holanda.

Estas práticas têm de acabar mas, para isso, é preciso uma forte pressão dos cidadãos para que a regra da unanimidade dos Estados nas decisões europeias permita progressos nesta área.

Se a Europa é tão corajosa em processos como os da Grécia, tem de ter uma coragem equivalente para respeitar um mínimo de justiça fiscal.



Francisco Assis acompanha a crise política na Venezuela

Francisco Assis, enquanto presidente da delegação para as Relações com o Mercosul do Parlamento Europeu tem acompanhado com muito interesse a situação política, social e económica da Venezuela. Este país, que acolhe a segunda maior comunidade portuguesa na América Latina (estimada em 400 mil), vive desde as manifestações de fevereiro de 2013 uma grave crise política, com a população polarizada entre o "chavismo" encarnado no Presidente Nicolás Maduro e a oposição organizada em bloco no MUD - Movimento Democrático Unitário. O clima de antagonismo e instabilidade, que tem vindo a extremar-se, é motivo

de apreensão junto da comunidade internacional face à qual o país se encontra cada vez mais isolado. Vários líderes da oposição encontram-se detidos com base em alegações de grande opacidade, assistindo-se a uma criminalização da opinião divergente. O povo venezuelano, antes maioritariamente afeto ao "chavismo", desespera em resultado da dramática escassez de bens de primeira necessidade e da inflação que se estima possa chegar aos 200% em final de 2015. Francisco Assis tem procurado contribuir para o amenizar do conflito. Em nome dos Socialistas & Democratas, o deputado europeu negociou e aprovou em 2015 duas resolu-

ções que apelam à normalização democrática e ao respeito pelos princípios do pluralismo e da separação de poderes. No seguimento dessas resoluções foi constituída uma delegação ad hoc de deputados europeus com a missão de se deslocarem proximamente à Venezuela para dialogar com ambas as partes. Francisco Assis saudou recentemente a marcação de eleições legislativas para o próximo dia 6 de dezembro afirmando que "só o voto livre dos cidadãos poderá aliviar a conflitualidade política que grassa no país e o inquietante clima de polarização que se faz sentir na sociedade venezuelana".

Socialistas Europeus recordam Maria Barroso



A delegação portuguesa dos socialistas europeus organizou, em Estrasburgo, uma cerimónia simbólica a Maria Barroso, "uma lutadora pela democracia", numa iniciativa contou com a presença de representantes dos vários partidos políticos portugueses com representação no Parlamento Europeu. Carlos Zorrinho, chefe da delegação Socialista lembrou

que "Maria Barroso partiu mas ficou para sempre na nossa memória pessoal e coletiva", ficou "no coração de Portugal e dos portugueses" e que a "sua personalidade extraordinária não cabe numa frase, não cabe nas palavras, nas palavras que ela disse e cerziu como ninguém". O líder dos socialistas portugueses no Parlamento Europeu terminou afirmando que

"para nós, Socialistas, Maria Barroso é eterna". Recorde-se que a delegação do PS enviou também uma carta de condolências à família de Maria Barroso, a dar conta de "solidariedade na partilha da dor" pela morte de "alguém que, ao longo da vida, foi uma bandeira, uma voz resistente, ativa e solidária, na defesa da democracia, da liberdade e da justiça".



Crise na Grécia ilustra urgência em corrigir lacunas da União Económica e Monetária, defende Elisa Ferreira

O muito esperado relatório sobre o futuro da União Económica e Monetária foi apresentado há um mês pelos presidentes das cinco instituições europeias - Comissão Europeia, Conselho Europeu (cimeiras de líderes), Eurogrupo (ministros das finanças do euro), Banco Central Europeu e Parlamento Europeu (PE).

Este relatório prossegue a reflexão iniciada no pico da crise do euro, em 2012, sobre a forma de corrigir as lacunas da arquitetura da moeda única que, segundo Elisa Ferreira, coordenadora dos eurodeputados socialistas na comissão Económica e Monetária do PE, se tornou absolutamente urgente à luz das condições impostas à Grécia em troca de um novo programa de ajuda da zona euro e FMI.

"A maneira como as negociações foram conduzidas ultrapassa os nossos piores pesadelos relativamente ao modo de funcionamento e à sobrevivência da Europa em geral e da

moeda única em particular", afirmou, considerando que se ultrapassaram "os princípios do respeito pelos cidadãos, democracia e solidariedade". "Estamos neste processo há 5 anos e os problemas continuam a ser agravados pela forma como a troika e as várias tutelas que se exercem sobre a Grécia interpretam o processo do ajustamento económico, ignorando a questão essencial do crescimento da economia", acrescentou.

Para a eurodeputada, "mesmo que o processo da Grécia acabe bem, o que é duvidoso, as últimas semanas mostraram, sem margem para dúvidas, que a Europa e a União Monetária não têm condições de sobrevivência sem uma revisão profunda da sua agenda e a resolução das suas lacunas".

A prioridade imediata, defende, é colocar o Mecanismo Europeu de Estabilidade - criado em 2012 para socorrer países com problemas de liquidez - sob a gestão das instituições comunitárias: a retirada des-

te instrumento da alçada dos Governos é vital para evitar que os conflitos de interesses nacionais e partidários levem a bloqueios das decisões coletivas e a chantagens de vários Estados, sobretudo os mais poderosos - leia-se Alemanha - e dos parlamentos dos países que alimentaram as suas opiniões públicas com as maiores atrocidades e dislates e que agora não conseguem, mesmo que queiram, fazer passar as decisões.

A falta de confiança nos bancos gregos e a fuga de capitais resultante, também ilustra a urgência de criar uma garantia comum europeia dos depósitos bancários, o terceiro pilar da União Bancária europeia, sublinha.

No médio prazo, Elisa Ferreira considera ainda essencial avançar para a criação de um orçamento da zona euro capaz de contrariar os desequilíbrios permanentes, crescentes e estruturais que a união monetária provoca nos diferentes países.

OPINIÃO

EVITAR UMA TRAGÉDIA GREGA ANUNCIADA

MARIA JOÃO RODRIGUES



“ Infelizmente, essa hipótese foi boicotada pelo extremar de posições entre uma direita radical neoliberal, onde se integra o Governo português.

Finalmente houve acordo, tardio, que não serve nem os interesses gregos, nem os europeus, mas que só não assumiu níveis de uma tragédia Grexit por ação da família socialista europeia. Apesar de diferente da troika, a solução projetada para a Grécia não oferece ainda garantias de sustentabilidade económica e social. Mas essa possibilidade foi real e esteve em cima da mesa. Os socialistas europeus bateram-se por uma alternativa credível em relação à trágica receita do passado e diferente da reclamada inicialmente pelo Governo Syriza. Infelizmente, essa hipótese foi boicotada pelo extremar de posições entre uma direita radical neoliberal, onde se integra o Governo português, e o Governo grego que, numa lógica de confrontação populista, mostrou incapacidade para alcançar um acordo mais favorável. Apesar do desenlace, é preciso continuar a abrir espaço para uma alternativa credível, para evitar que as duras metas de consolidação orçamental e as reformas neoliberais asfixiem qualquer perspetiva de crescimento. As reformas necessárias são as que promovem o crescimento e a criação de emprego, visando um sistema de coleta de impostos mais equitativo, serviços públicos mais eficazes e um sistema de pensões mais sustentável. É igualmente necessário evitar que as pensões mais baixas sejam cortadas, porque enfraqueceriam ainda mais a última rede de segurança de muitas famílias e reduziriam ainda mais o débil mercado interno. Há também que abrir para a Grécia uma real possibilidade de reduzir o peso da dívida, seja através de melhorias em matéria de taxas de juro e maturidades, seja através de outras formas de pagar a dívida, como por exemplo indexando-a ao crescimento do PIB.

É também imperativo garantir que qualquer solução no futuro passe pelo método comunitário. Os relatos da forma a que se chegou a um acordo levantam preocupações sobre a legitimidade democrática do processo, a solução deveria ter sido negociada diretamente com as instituições europeias, ou seja, Comissão, Conselho e com o seguimento também da parte do Parlamento Europeu, e não à porta fechada entre uma minoria de Estados-membros. Por outro lado, é fundamental que os primeiros-ministros da Cimeira da Zona Euro mantenham a direção política em relação aos ministros das Finanças e a sua tecnocracia: se não Schauble continuará no posto de comando!

Por fim, para a UE evitar uma tragédia anunciada, será necessário completar a União Económica e Monetária, de forma a que a zona euro se torne num espaço de convergência e não de divergências económicas, sociais e políticas como é hoje. Também por esta razão vamos ter de mudar de Governo para entrar nesta discussão a sério. Se dúvidas existissem, o comportamento dos atuais representantes portugueses, a protestar contra a possibilidade de ser feita à Grécia uma proposta com um pouco de mais sentido social, demonstra um total divórcio entre este Governo e os valores e princípios fundadores da União Europeia.

ENTREVISTA
FRANCISCO ASSIS

"Radicalismo apenas atrai radicalismo"



O Governo grego e as Instituições europeias chegaram a acordo quanto a um novo pacote de financiamento. Como o avalia?

O acordo, ainda que impondo condições muito duras ao povo grego, contribuirá para o regresso do país à normalidade. Depois do rompimento das negociações com os parceiros, da convocação do referendo, do controlo de capitais e do encerramento dos bancos a economia grega parou. Era imperioso pôr cobro a este impasse.

Era determinante que se chegasse a um acordo, tal como os Socialistas europeus defendiam?

A posição da nossa família política era clara: a obtenção de um acordo e de um programa de apoio à Grécia era absolutamente essencial para o povo grego mas também para a Europa. Tínhamos de fazer tudo o que estava ao nosso alcance para evitar a saída da Grécia da Zona Euro. Uma saída não programada teria efeitos catastróficos na Grécia, abalaria as economias mais débeis e constituiria um sério rombo no projeto europeu. Ultrapassado este momento difícil é agora tempo de retomarmos o debate das mudanças que é preciso somar às que têm vindo a ser levadas a cabo no contexto europeu.

A Europa está a mudar?

Desde que iniciámos o nosso mandato, há cerca de um ano, temos assistido a mudanças muito significativas no seio da União Europeia. Têm sido levadas a cabo medidas como 1) a leitura inteligente do Tratado Orçamental, que tem em consideração o ciclo económico no processo de ajustamento e valoriza o papel do investimento público na recuperação económica; 2) o lançamento de um programa de investimento europeu promotor do crescimento económico e da criação de emprego e 3) o lançamento do programa quantitative easing por parte do BCE, que permitiu a descida das taxas de juro de

dívida pública dos países mais endividados. Ainda muito falta fazer noutros domínios. Estas mudanças não são ainda suficientes para podermos afirmar que ultrapassámos de vez esta crise europeia. No entanto, não podemos deixar de valorizar devidamente esta alteração de rumo relativamente à forma de abordar os problemas com que nos confrontamos. A aposta no crescimento económico e na criação de emprego estão hoje no topo da discussão europeia.

Considera possível que essas alterações venham a ser postas em prática nos próximos anos?

A construção europeia é um pro-

cesso muito complexo. Falamos de 28 países com culturas diferentes, com situações políticas díspares, com problemas diversos. É por isso que qualquer avanço na Europa pressupõe a capacidade de se alcançarem entendimentos entre as múltiplas posições. O governo grego começou por apostar na via do confronto total com os restantes Estados-membros mas o seu extremismo ideológico apenas exacerbou o conservadorismo radical das principais lideranças europeias. Alterou agora a sua estratégia e optou pela via do diálogo com os parceiros europeus porque percebeu que o radicalismo apenas atrai radicalismo. Esta via já permitiu, não só a libertação de recursos financeiros essenciais para a Grécia como também o anúncio por parte da Comissão Europeia de um plano financeiro de apoio ao investimento na Grécia no valor de 35 mil milhões de euros. Na política nada é definitivo e imutável. O nosso combate contra a ortodoxia austeritária continua agora no seio europeu. Esse nosso combate será um importante contributo para que não só a Grécia mas também Portugal possam ultrapassar as dificuldades económicas, financeiras e sociais com que se confrontam.

B R E V E S

■ **Francisco Assis** foi nomeado responsável pelo parecer da comissão de Assuntos Externos do Parlamento Europeu sobre o projeto de relatório "Rumo a uma União Europeia da Energia". A dependência energética externa é uma questão muito sensível a nível geopolítico sendo, por isso, um tema central no contexto da definição da futura União da Energia. Francisco Assis vai concentrar-se em apresentar propostas no seio da definição da estratégia europeia para a energia que reduzam os riscos que a Europa enfrenta neste domínio.

■ Estão abertas as inscrições para o segundo curso intensivo em negociação europeia promovido por **Maria João Rodrigues**, com o objetivo de formar atores para a negociação política e técnica com as instituições da UE. A iniciativa contará com sessões de formação em Lisboa, no início do mês de novembro, e Bruxelas, entre 19 e 21 de novembro. As despesas da viagem e estadia em Bruxelas serão asseguradas pelo Parlamento Europeu. Todos os interessados podem candidatar-se através do envio de um CV e carta de motivação (máximo uma página) para o emails milton.nunes@ep.europa.eu e direct@mariajoaorodrigues.eu.

■ Tendo como um dos promotores **Carlos Zorrinho** foi criado o grupo de interes-

se pelas relações com os países de língua portuguesa, que conta com a participação de deputados dos principais grupos do Parlamento Europeu. Este grupo pretende contribuir para a promoção do maior conhecimento e melhor compreensão dos países lusófonos no contexto das relações externas da UE. Entretanto, Carlos Zorrinho, como co-presidente do Fórum Latino e Coordenador S&D para a EuroLat, participou ativamente no debate UE-Cuba que decorreu na sessão de Plenária de julho, em Estrasburgo. Por outro lado, o deputado socialista interveio ainda no plenário de Estrasburgo sobre Economia Circular defendendo que "a aposta numa economia circular, que permita criar riqueza incorporando na cadeia de valor a gestão dos resíduos é uma aposta inteligente e urgente".

■ **Elisa Ferreira** já concluiu a redação do projeto de relatório sobre as práticas fiscais abusivas existentes na União Europeia no quadro da Comissão Especial do Parlamento Europeu (TAXE) criada na sequência do escândalo dos LuxLeaks. O relatório, co-redigido com o liberal alemão Michael Theurer, será formalmente apresentado à comissão TAXE a 7 de setembro e será objeto de propostas de alteração por parte de outros eurodeputados nas semanas seguintes para ser votado em sessão plenária, até ao fim do ano.

■ **Ana Gomes**, na comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros sobre o acordo com a Grécia saído do último Conselho Europeu, disse: "Não é acordo nenhum: é um ultimato. Na base de um programa económico absurdo, injusto, cruel, inexecutável e incompatível com os princípios fundadores da UE. Um ultimato feito sob ameaça humilhante de expulsão da Grécia do Euro. Ora a saída da Grécia do Euro não tem base legal. A sugestão de "Grexit" feita pelo ministro alemão Schäuble é monstruosa: além da "mudança de governo" que visa na Grécia, representa uma tentativa de "regime change" na UE".

■ A última sessão plenária do Parlamento Europeu aprovou o "relatório do leite", um relatório de iniciativa sobre as medidas do pacote do leite e o futuro do setor na Europa no qual **Ricardo Serrão Santos** foi relator-sombra. O texto aprovado apoia inequivocamente o reforço do POSEI (um programa de medidas específicas para regiões ultraperiféricas) e a atribuição de uma ajuda transitória para os Açores para fazer face ao fim das quotas leiteiras. O Parlamento Europeu defende ainda o aumento do preço de referência para a intervenção, novas medidas de regulação da oferta e de gestão de crises e o reforço do papel do observatório do leite instando a Comissão a tomar as iniciativas necessárias à prossecução destes objetivos.

■ **Pedro Silva Pereira** integrou a delegação do Parlamento Europeu (PE) à 3ª conferência internacional sobre financiamento do desenvolvimento (Adis Abeba, Etiópia, 13 a 16 de julho). A conferência adotou o quadro de compromissos financeiros para a execução da ambiciosa agenda de desenvolvimento sustentável até 2030. Recorde-se que Pedro Silva Pereira foi o autor do relatório do PE sobre financiamento do desenvolvimento, aprovado por larga maioria, e tem insistido na importância da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e do cumprimento pelos países desenvolvidos do seu compromisso de afeitar 0.7% do rendimento nacional bruto ao financiamento da agenda de desenvolvimento 2015-2030 que, lamentavelmente, apenas a UE se dispôs a cumprir.

■ **Liliana Rodrigues** foi nomeada relatora sombra para o relatório de iniciativa do Parlamento Europeu sobre os Direitos Humanos e a Migração em Países Terceiros. Entende a eurodeputada madeirense que as políticas de imigração e controlo de fronteiras seguidas pela União Europeia e os seus Estados-membros estão a violar princípios fundamentais dos direitos humanos. Esta é também a conclusão da Amnistia Internacional. Uma "Europa fortaleza" não é a solução para a crise de imigração", afirmou Liliana Rodrigues.